

CARTA DE RIBEIRÃO PRETO

A Assembléia do XIV Encontro de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, realizada em Ribeirão Preto, de 6 a 8 de julho de 2000, considera:

Desde a Constituição Federal de 1988 e as Leis Orgânicas da Saúde os municípios têm assumido o papel preconizado nas legislações e têm sido o principal motor dos avanços do Sistema Único de Saúde.

Hoje, com parcos R\$ 17,00 mensais por brasileiro, somos responsáveis pela promoção e assistência à saúde de todos os brasileiros, particularmente dos 120 milhões de cidadãos, que não contam com outro serviço de saúde.

O SUS é, hoje, a proposta de reforma do Estado Brasileiro que concretiza, no dia a dia, o embate contra o neo-liberalismo mundial, responsável pela exclusão social de milhões. No SUS não há excluídos. Nossa luta é pela garantia do direito à saúde.

O COSEMS/SP, desde sua fundação e nos últimos quatro anos, foi o canal de viabilização da descentralização no Estado de São Paulo, incentivando os municípios à habilitação, promovendo reuniões em todas as regiões de saúde do Estado, capacitando os gestores municipais e, principalmente, mantendo o espaço democrático para discussão de idéias em nossas reuniões mensais, Bipartite e Comissões.

Quando assumimos essa gestão havia menos de 30 municípios como gestores da saúde. Hoje, temos quase todos como gestores plenos do sistema ou básicos, mudando, quantitativamente e qualitativamente, a responsabilidade da assistência e promoção da saúde aos paulistas.

A cada Encontro anual de Secretários, cresceu a participação dos municípios, tendo, neste Encontro, quase 250 Secretários, demonstrando o compromisso assumido com o SUS, mesmo neste momento de recomposição política municipal, significando que o SUS está profundamente enraizado e a garantia de sua plena continuidade, mesmo com eventuais mudanças políticas no município.

A construção do Sistema Municipal de Saúde avançou, com destaque, para a Assistência Básica, seja pela implantação de Saúde da Família, agentes comunitários, reformulação do atendimento das unidades de saúde, melhoria nos pronto - atendimentos graças ao trabalho incansável das equipes de saúde municipais, coordenadas pelos secretários de saúde e ao apoio político e financeiro dos Srs. Prefeitos. Este envolvimento tem comprometido grande parcela de recursos municipais, o que tem garantido a expansão e melhoria de qualidade destes serviços. O COSEMS/SP foi um dos promotores de dois grandes eventos sobre Saúde da Família, realizados em São Carlos e Ribeirão Preto que, sem dúvida, são marcos da implantação da Saúde da Família, em nosso Estado.

Os municípios de São Paulo, com a coordenação do COSEMS, têm garantido as ações de vigilância epidemiológica à população e responderam, rapidamente, à proposta do Ministério da Saúde de Certificação em Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças. Fomos o 1º Estado a certificar municípios e em número de

municípios certificados. Este processo, em parceria com o Estado, teve a direção do COSEMS/SP na sensibilização e orientação dos secretários, garantindo, ao mesmo tempo, os critérios técnicos necessários. Raros são os municípios que não têm conseguido cumprir as etapas, não burocráticas, da certificação.

Na estruturação da Vigilância Sanitária, por proposta do Congresso de Praia Grande, realizamos um Encontro Estadual, balizador de documentos que deverão nortear e avançar na construção do SISTEMA MUNICIPAL de VIGILÂNCIA SANITÁRIA, proposta esta já encampada, tanto pela AGÊNCIA NACIONAL, como por outros estados.

Se os avanços na área de Atenção Básica são inegáveis, o mesmo não ocorreu com os serviços de Média e Alta Complexidade, que ainda continuam sendo oferecidos na lógica da oferta e não da demanda, não cumprindo sua função de apoio à Assistência Básica, e não contribuindo para implantar o modelo assistencial SUS, e constituindo a resistência do velho modelo INAMPIANO dentro do SUS. A não implementação da PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA (PPI), como preconizado pela NOB 1/96, nestes dois anos em que os municípios assumiram em massa as suas competências de gestores da saúde, está sendo um fator decisivo para a manutenção desta distorção no atual modelo assistencial.

A nossa relação com o gestor Federal se, por um lado, tem sido de parceria, por outro, tem sido turbulenta, pela fertilidade em produzir portarias, sem discussão com os gestores municipais e causando transtornos importantes. Como exemplo, podemos citar a inclusão de novos procedimentos na tabela, sem recursos correspondentes, Campanhas com Sociedades de especialidades que marginalizam o gestor municipal, etc.

O gestor Estadual, nestes últimos quatro anos, não assumiu plenamente o papel previsto na NOB 1/96, provocando disputas pela execução de serviços com os municípios, e deixando de contribuir na garantia da equidade do SUS, quando não realiza o seu papel de regulador do sistema no nosso Estado. Se por um lado é elogiável o esforço da Secretaria Estadual de Saúde em incentivar a implantação da estratégia de Saúde da Família, inclusive com repasses de recursos para alguns municípios, por outro lado, não compreendemos a resistência em assumir este repasse a todos os municípios, fundo a fundo, e não de forma conveniente, forma esta desatualizada para repasses de custeio e que o próprio Ministério da Saúde vem abandonando. O COSEMS/SP conseguiu por meio de mobilização política aprovar, por dois anos, emenda ao Orçamento do Estado prevendo repasse de “PAB Estadual”, que não foi viabilizado na execução orçamentária.

A PEC da Saúde, resultado de ampla negociação política, coordenada pelo Presidente do CONASEMS, Dr. Gilberto Natalini, foi aprovada na Câmara Federal, e, em 1º turno, no Senado Federal. Cabe-nos agora, manter a mobilização dos Secretários Municipais e das entidades para que não haja retrocesso na votação do 2º turno e que seja, finalmente, aprovada, garantindo mais recursos para o SUS.

Finalmente, estaremos empenhados em incentivar os futuros gestores municipais na realização de Conferências Municipais de Saúde e da Conferência Estadual, no 1º

semestre de 2001, pois entendemos que na construção do SUS é fundamental o Controle Social.

Cabe-nos, neste final de mandato, garantir a continuidade da defesa do SUS, acima das políticas partidárias, para que continuemos a avançar, particularmente, na garantia de equidade dos serviços de média e alta complexidade, na relação com os gestores Estadual e Federal e, principalmente, na discussão e preparação dos futuros gestores municipais.

MOÇÕES APROVADAS:

- 1- Moção de aplauso ao Presidente do CONASEMS e COSEMS/SP, Dr. Gilberto Natalini, pela importante vitória na aprovação da PEC da Saúde, que está em sua tramitação final. Este é o resultado de uma grande habilidade política, de poder de aglutinação e fruto de grande empenho, significando um marco histórico no avanço da consolidação do SUS, em nosso país.
- 2- O COSEMS/SP deve encaminhar à Comissão Bipartite a solicitação de revisão urgente dos tetos financeiros municipais que não tiveram reajuste compatível com o aumento da tabela SIA e SIH e com a inclusão de novos procedimentos.
- 3-O COSEMS/SP deve encaminhar à Bipartite solicitação de revisão de tetos financeiros para municípios que ampliaram serviços de internação e ambulatoriais, para garantir o SUS, em nosso estado.
- 4- Moção de agradecimento à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, ao Sr. Prefeito Municipal e, especialmente, ao Secretário Celso pela calorosa acolhida aos participantes deste Encontro.